

Relatório
de 22/3/63
de 3 p.
L

Deliberação nº 246, de 12 de Abril de 1955

A Câmara Municipal de Barra
Branca decreta e em sancionamento a re-
quinte deliberação:

Ver del. 203 de
29/1/54 p. 128 do livro

Sen. Del. Soares
de 16/7, de 30/1/73.

Regulamentando o Serviço de Transporte Coletivo no Município de Barra Mansa, em substituição à Lei nº 203, de 29 de Janeiro de 1954.

Art. 1º - Dando cumprimento ao art. 57 do Decreto 4.112, de 2 de fevereiro de 1952, a Prefeitura Municipal de Barra Mansa baixa o presente Regulamento que orientará as autorizações para transporte coletivo dentro do Município, baseado na estrutura geral do próprio Regulamento Estadual e adaptado às condições do Município.

Art. 2º - Mediante autorização previamente concedida pelo Prefeito Municipal, poderá fazer o serviço de transporte coletivo de passageiros no Município de Barra Mansa, qualquer entidade, coletiva ou individual, com personalidade jurídica, obedecendo as normas deste Regulamento.

Parágrafo 1º - São consideradas linhas municipais, para efeito de concessão de transporte coletivo, aquelas que se acham dentro das divisas do Município.

Parágrafo 2º - Quando as linhas municipais atravessarem as estradas federais, só serão fornecidos atestados de concessão após ouvido o D. N. G. R..

Parágrafo 3º - Para efeito deste Regulamento, considera-se linha o percurso entre os pontos externos do itinerário.

Art. 3º - O serviço de transporte coletivo de passageiros, só será permitido em um dos seguintes veículos: -

- a) Auto-ônibus
- b) Micro-ônibus
- c) Camionetas
- d) Limousines.

Parágrafo Único - Ficam isentos das exigências deste artigo, os veículos licenciados e utilizados exclusivamente para fins particulares de exploração de hotéis, centros de turismo, cultura e de recreação, e de outros para os mesmos fins, desde que não cobrem passagem para o transporte de seus clientes, alunos, sócios ou empregados e das respectivas bagagens.

Art. 4º - A autorização para a exploração do transporte coletivo deverá ser solicitada ao Prefeito Municipal, em requerimento, com firma reconhecida, com declaração de tarifas, pontos terminais e de seções e horários pretendidos, um para cada linha, apresentados os seguintes documentos:

- 1º) Prova de identidade.
- 2º) Atestado de boa conduta passado pela autoridade policial do domicílio.
- 3º) Prova de capital social, compatível com o serviço proposto.

to, que será feita com a apresentação de certidão de registro de firma comercial na repartição competente ou ata da constituição se for sociedade anônima.

41. Relatório especial para cada linha, do qual deverá constar o número de veículos a serem utilizados, detalhando-se o tipo.

Parágrafo 1º - A falta de qualquer dos documentos exigidos neste artigo, importará no indeferimento "in-limine" do pedido de autorização.

Parágrafo 2º - A prioridade para qualquer pedido será contada da data da entrada da petição, devidamente documentada no protocolo da Prefeitura.

Art. 5º - Apresentado o requerimento na forma do artigo anterior, a submunicipalidade, por seus órgãos competentes, procederá a investigações sobre a utilidade do novo serviço, considerando sua influência sobre os meios de transporte local e, sobretudo, a sua necessidade e conveniência para o público.

Art. 6º - No caso de conclusão favorável ao requerimento, a submunicipalidade designará, dentro de 60 dias, o local, dia e hora para ser realizada a

história dos veículos, afim de verificar se satisfazem às condições de segurança e conforto, fixadas no Regulamento e os dispositivos do Código Nacional de Trânsito (Decreto-Lei nº 3681, de 25 de setembro de 1941)

Parágrafo 1º - Se o interessado não satisfizer a exigência dentro do prazo, caducará a autorização.

Parágrafo 2º - Para a primeira história o interessado deverá recolher previamente à Secretaria da Municipalidade a importância de R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por veículo.

Parágrafo 3º - A ausência do veículo escalado para história, no dia, hora e local previamente designado de comum acordo com o interessado, importa na perda do depósito correspondente, só se realizando outra história após novo recolhimento de igual importância.

Art. 4º - Feita a história, o interessado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar um contrato de seguro cobrindo os riscos e danos que possa causar aos, com validade por um ano, a ser renovado enquanto durar a exploração, devendo, ainda, assinar um termo de obrigação do qual constará:

- a) Nome, sede, capital da empresa, companhia ou firma comercial.
- b) Itinerário, pontos terminais e

de secções, preços de passagem e horários.

- (c) Obrigação, por parte do requerente, - por si e solidariamente com seus prepostos, de responder pelos danos causados à União, Estado, ao Município e a terceiros, bem como o compromisso de acatamento às ordens e regulamentos existentes ou que venham a existir, sob pena do cancelamento da licença que tiver sido concedida e perda da caução; conceder passagem gratuita em qualquer veículo - aos funcionários da Prefeitura, devidamente credenciados, incumbidos da fiscalização.

Parágrafo único - O termo de obrigação de que trata o presente artigo, deverá ser assinado, improrrogavelmente, dentro de 30 dias, após a publicação da aprovação, sob pena de cancelar a autorização.

Art 8º - Com ocasião da assinatura do termo de obrigação, devidamente assinado pelo requerente deverá provar:

- 1) - Ser depositado na Tesouraria da Prefeitura a importância da sua caução exigida.
- 2) - Que os veículos a serem utilizados estão sob sua

responsabilidade civil e comercial.

Art. 9º - A caução, para garantia de fiel observância deste Regulamento, - será de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) quando o número de veículos for até cinco (5) e Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) para os demais casos.

Parágrafo 1º - Para cada linha - autorizada, excedente de uma, a caução será aumentada na razão de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por linha.

Parágrafo 2º - Uma vez autorizada a rescisão do termo de obrigação, sem que para isso tenha dado motivo o concessionário, e a seu pedido, - será devolvida a caução de que trata o presente artigo.

Art. 10º - Assinado o termo de obrigação, serão entregues ao interessado os certificados de autorização - para o tráfego, correspondendo um - para cada veículo licenciado, os quais deverão ser afiscado nos veículos correspondentes, em local da fácil inspeção, não podendo ser transferido de veículo, sob pena de apreensão e multa.

Parágrafo 1º - Nos certificados constará: -

- a) Nome da empresa e firma proprietária.
- b) Marca, ano, número, potência, -

- cilindros e combustível do motor
- c) lotação do veículo.
 - d) Número de ordem do veículo - na empresa e da placa fornecida pela S. G. S. S.
 - e) Data da última vistoria realizada no veículo.

Parágrafo 2º - O certificado de autorização só é válido para o período de 12 meses, contados da data da última vistoria realizada no veículo correspondente.

Art. 11º - A licença para exploração de qualquer linha não poderá ser transferida a outrem, sem expressa autorização do Prefeito Municipal.

Art. 12º - Os tipos dos veículos só poderão ser modificados mediante permissão das autoridades competentes.

Parágrafo Único - Não será permitido a uma empresa usar, em qualquer linha, tipo de veículo de lotação inferior à inicialmente autorizada.

Art. 13º - Somente poderá ser concedido autorização para mais de uma empresa, no percurso total ou parcial da mesma linha, quando a Prefeitura, verificar a necessidade e conveniência para o público, não podendo, entretanto, haver coincidência de horários.

Parágrafo 1º - Se os serviços existentes forem comprovadamente satisfatórios no trecho em que houver coincidência,

podará ser autorizada a nova linha, porém sem seccionamento e com tarifa correspondente à tarifa direta no trecho coincidente, salvo se a coincidência for total entre os dois pontos extremos do percurso.

Parágrafo 2º - Se os serviços existentes forem comprovadamente deficientes no trecho em que houver coincidência, a nova linha poderá ser autorizada com tarifa seccionada nesse trecho.

Parágrafo 3º - Os preços por passageiro quilômetro, a serem cobrados nas novas linhas, para um mesmo tipo de veículo, não poderão ser inferiores aos correspondentes das linhas existentes.

Art. 14º - Dentro de sessenta dias da aprovação da presente lei, os atuais proprietários deverão regularizar as suas empresas com a Prefeitura Municipal.

Art. 15º - Sempre que uma Empresa já licenciada, pretender estabelecer nova linha, deverá, depois de obtida a respectiva autorização e observadas as exigências do regulamento, assinar no termo de obrigação.

Art. 16º - Os pontos finais de estaçãoamento, os de parada e os itinerários serão estabelecidos pela Prefeitura e não poderão ser alterados sem prévio consentimento, sob pena de multa.

Art. 17º - Os horários aprovados juntamente com o pedido de autorização, não poderão ser alterados sem pré-

primeiro consentimento, sob pena de multa.

Parágrafo 1º - As alterações do horário só entrarão em vigor 15 dias após sua publicação no órgão oficial de divulgação municipal, e em dois (2) jornais pelo menos.

Parágrafo 2º - Na fixação dos horários das diversas empresas, numa mesma linha, a prioridade será dada pela ordem de antiguidade.

Parágrafo 3º - Nos casos de viagens especiais, passeios, piqueniques, excursões, acompanhamentos, o concessionário recolherá à Tesouraria da Prefeitura a importância de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), por veículo destinado à viagem especial.

Art. 18º - Os itinerários, uma vez aprovados, não poderão ser modificados, salvo por motivo de ordem pública ou devido impedimento das estradas ou ruas tráfegadas, casos em que a alteração será apenas durante tais impedimentos.

Parágrafo 1º - As alterações de itinerários só entrarão em vigor 15 dias após sua publicação no órgão oficial de divulgação municipal, em dois jornais, pelo menos.

Parágrafo 2º - No caso de qualquer impedimento de veículo durante a viagem, o concessionário deverá providenciar, com a máxima urgência, para que outro veículo venha recolher

os passageiros e conduzi-los ao final do itinerário sem qualquer outra despesa.

Art. 19º - A interrupção total do serviço por espaço de 5 dias consecutivos, ou 10 dias dentro do período de 30 dias, determinará a cassação da autorização, salvo motivo de força maior, tais como, greve, incêndio nas oficinas ou garagem e outros.

Parágrafo Único - A necessidade de recolher o veículo para pintura, conserto, ou execução de viagens extraordinárias ou especiais, em hipótese alguma servirão para justificar a interrupção dos serviços ou modificações dos horários aprovados.

Art. 20º - Os veículos em tráfego numa determinada linha, deverão executar sempre e integralmente o respectivo itinerário. ✓

Vide
Resolução

Art. 21º - As tarifas aprovadas não poderão sofrer modificação sem prévia autorização da Prefeitura, sob pena de multa. (vedi ressalva à pag. 169 verso)

+ Parágrafo Único - As empresas obrigam-se a conceder um abatimento de 50% (cinquenta por cento) nos preços das passagens, aos estudantes em geral, durante as horas de aulas e quando estiverem devidamente uniformizados.

Art. 22º - A fiscalização do serviço de que trata este Regulamento, será exercida por funcionários da Prefeitura, devidamente credenciados. A Prefeitura, pelo

serviço competente, poderá expedir circulares contendo instruções para a boa execução dos serviços, assim como ordens, intimações, horários, itinerários, sendo que o não cumprimento de qualquer notificação constituirá infração e ficará sujeito às penalidades estabelecidas.

✓ Art. 23º - A inobservância de qualquer das disposições deste Regulamento será punida com multas, que variarão de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), sendo que a reincidência será cobrada em dobro. ✓

Parágrafo 1º - Das multas haverá recurso para o Prefeito, por escrito, dentro do prazo de 3 dias úteis, contados da notificação das mesmas. Findo este prazo ou indeferido o recurso, a multa deverá ser paga dentro de 48 horas.

Parágrafo 2º - As multas que não forem pagas conforme o parágrafo 1º deste artigo, serão descontadas da caução, a qual deverá ser integralizada dentro de 8 dias úteis, contados da notificação aos interessados, sob pena de cassação da autorização ou autorizações constantes dos termos assinados.

Parágrafo 3º - As importâncias das multas reverterão em favor da receita eventual da Prefeitura.

Art. 24º - Só poderão conduzir veículos destinados ao serviço de transporte coletivo de passageiros, os profissionais habili-

lados de acordo com o Código Nacional de Trânsito, não podendo abandonar os veículos que estiverem guiando, salvo motivo de força maior, não prostrar discussões e não manter atitudes inconvenientes.

Art. 25º - Para desempenhar missões de empregados do tráfego, como motorista, despachantes, inspetores, é necessário:

- a) Ser maior de 18 anos.
- b) Não sofrer moléstia infecto-contagiosa, ou moléstias que o possam privar subitamente da devida atenção, nem por defeitos físicos.
- c) Apresentar carteira de identidade e atestado de boa conduta.
- d) Saber ler e escrever.
- e) Ser quitação ou isenção de serviço militar.

Cartão Único - A esses empregados não será permitido:

- a) Ficar assentados nos lugares destinados aos passageiros.
- b) Fumar quando em serviço.
- c) Cortar-se incorretamente.

Art. 26º - Todos os empregados do tráfego, quando em serviço, deverão estar corretamente uniformizados.

Art. 27º - Deverá ser imediatamente dispensado qualquer empregado do tráfego que, em serviço, for encontrado em estado embriagado, sendo o fato imediatamente comunicado às

autoridades competentes, para os devidos fins.

Art. 28º - só poderão ser utilizados no serviço de transporte coletivo, os veículos construídos especialmente para esse fim, com chassis de tipo apropriado e carrocerias de modelo aprovado pelo departamento competente.

Parágrafo 1º - Não serão admitidas, sob pretexto algum, modificações nas dimensões das fábricas, das partes estruturais dos chassis destinados para o transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo 2º - As rodas serão providas de pneumáticos com câmara de ar.

Art. 29º - Para efeito de concessão, considera-se "auto-ônibus", o veículo automotor, para transporte de passageiros, com carroceria adequada para lotação mínima de 21 passageiros sentados, rodas duplas no eixo traseiro, observadas as demais exigências do D. E. R. (Dec. 4112 de 22/2/52).

Art. 30º - Considera-se "micro-ônibus", para efeito de concessão, o veículo automotor, para transporte de 15 passageiros sentados, com rodas duplas no eixo traseiro, observadas as demais exigências do D. E. R. (Dec. 4112 de 22/2/52).

Art. 31º - Considera-se "camioneta", o veículo automotor, para o transporte de passageiros sentados, com carroceria adequada para a lotação mínima de 7 e máxima de 14 passageiros, observa.

das as demais exigências do D. G. R. (Dec. -
nº 4312 de 22/2/1958.

Vide
Reserva

Art. 22º - São consideradas "limousi-
nes", os automóveis tipo limousine, com
4 portas, de 5 a 4 lugares, executando-se o
motorista, com carroceria e acomodações
originais da fábrica. (vedi reserva à pag. 170)

Art. 33º - Os veículos devem trazer,
no interior, em local bem visível, os cer-
tificados de autorização para tráfego exi-
gidos neste Regulamento. Na parte exterior
devem figurar o nome da empresa, o
nome da linha e o número de ordem da
empresa.

Parágrafo 1º - Quando se trata de
ônibus, com excesso de lotação permiti-
do, o número de passageiros em excesso
(em pé) deve figurar na porta de entra-
da, parte externa.

Parágrafo 2º - Qualquer mudança
de cor na parte externa do veículo, de-
verá ser requerida ao Prefeito, paga uma
taxa de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) na
Tesouraria da Prefeitura, uma vez aprova-
da a solicitação.

Parágrafo 3º - Não será permitida
a nenhuma empresa o uso de pintu-
ras nos veículos que possa acarretar
confusão com os veículos de outra empre-
sa, cabendo preferência para determinar
pintura à empresa mais antiga.

Parágrafo 4º - Os veículos devem
estar aparelhados com um extintor de

incêndio de tipo aprovado.

Art.º 34.º - Não serão admitidos nos veículos, passageiros em número superior ao de lugares oferecidos nos assentos, - ressalvado o disposto no parágrafo 2.º deste artigo.

Parágrafo 1.º - Quando o veículo estiver com a lotação completa, será - isso indicado por meio de um sinal colocado em ponto visível.

Parágrafo 2.º - Mediante requerimento ao Prefeito, poderá ser permitido o excesso de lotação até 25% (vinte e cinco por cento) dos lugares existentes em cada veículo.

Parágrafo 3.º - O excesso de que trata o parágrafo 2.º do presente artigo, será concedido somente para auto-ônibus.

Art.º 35.º - Os veículos serão mantidos em perfeito estado de conservação, funcionamento e asseio, com todos os dispositivos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, o que será verificado obrigatoriamente, pelo menos uma vez por ano, em vistoria que será procedida pela Prefeitura.

Art.º 36.º - Será retirado do tráfego o veículo que não for vistoriado na forma do artigo anterior.

Art.º 37.º - Serão realizadas vistorias anuais, obrigatórias, para efeito de renovação de licença, mediante depô-

sito prévio de R\$ 100,00 (cem cruzeiros) na Tesouraria da Prefeitura, por veículo a ser vistoriado.

Art. 38º - Os pontos de embarque e desembarque de passageiros (pontos terminais deverão ser mantidos, pelo concessionário da linha, em perfeitas condições de acesso.

Art. 39º - A presente deliberação não altera o contrato de concessão firmado com a Empresa Siação Barra Branca, o qual continuará em pleno vigor em todas as cláusulas.

Art. 40º - As Empresas que exploram ou venham a explorar o serviço de transporte de passageiros no Município de Barra Branca e seu pessoal de tráfego, além das multas previstas no Código Nacional de Trânsito, ficam sujeitas às seguintes multas:

Tráfego de veículo sem a necessária vistoria (Responsável o proprietário)	R\$ 1.000,00
Permitir o transporte de volumes contendo material explosivo ou inflamável, exceto o combustível para o próprio veículo (Resp - proprietário)	500,00
Permitir o transporte de passageiros afetados de moléstias manifestamente contagiosas, loucos, embriagados.	

ou com trapos impróprios (Res- ponsável - proprietário)	500,00
Promover viagens extraordi- nárias sem prévia autoriza- ção da Prefeitura (Proprietário)....	500,00
Imitar viagem sem motivo justificado, alterar horários sem autorização (proprietário)	500,00
Deixar de cumprir qualquer exigência da Prefeitura, sobre o estado do material rodante, - com fundamento neste Regu- lamento ou nas leis, dentro do prazo estipulado (proprietário)	500,00
Transporte de volumes incompatí- veis com a natureza do veículo destinado ao trans- porte coletivo	500,00
Alterar os preços das passagens ✓ sem autorização da Prefeitura (proprietário)	1.000,00
Alterar a pintura, cores dos veí- culos ou outra qualquer ca- racterística (sem prévia auto- rização da Prefeitura) proprie- tário	1.000,00
Deixar de promover ou retar- dar meios de transporte aos passageiros em caso de aci- dentes (proprietário e motorista	500,00
Abastecer o veículo com o mo- tor em funcionamento ou nas proximidades de qualquer chama,	

cigarros, charutos ou outras fontes de ignição (proprietário ou motorista)	Cr\$ 400,00
Fazer trafegar o veículo após 48 horas de observado, com vidraças quebradas, bancos soltos ou qualquer outro defeito que traga desconforto (proprietário)	200,00
Partida do veículo antes da hora regulamentar (proprietário e motorista)	200,00
Excesso de passageiros (proprietário, motorista e trocador)	200,00
Falta de arrego no veículo (- proprietário)	100,00
Trafegar com porta aberta	100,00
Trafegar sem o certificado de autorização, embora vistosiado	500,00
Alterar sem motivo os pontos de partida (proprietário)	500,00
Existência de extintor de incêndio	200,00
Falta de legendas indicativos de horários, itinerários, lotação, tarifa (proprietário)	200,00
Permitir o transporte de volumes fora do lugar adequado (motorista)	100,00
Conservar ou manter discussões com os passageiros quando em serviço (motorista e trocador)	100,00
Fumar quando em serviço (-	

motorista - trocador Cr\$ 100.00
Trabalhar desuniformizado (mo-
torista - trocador - fiscal) 150.00
Fazer parar o veículo lotado
para abastecê-lo (motorista)... 100.00

Parágrafo Único - Nos casos de
reincidência, dentro do período de -
um ano, a cobrança da multa será
feita em dobro.

Artº 41º - Os casos omissos nê-
ste Regulamento serão resolvidos pelo
Prefeito

Artº 42º - Revogadas as disposi-
ções em contrário, a presente Delib-
ração entrará em vigor na data
de sua publicação.

Reservas:

1- O artigo 21º passa a ter a
seguinte redação:

Artig. 21º - As tarifas aprova-
das não poderão sofrer modifica-
ção sem prévia autorização da Pre-
feitura, sob pena de multa.

Parágrafo Único - As Empresas
obrigar-se-ão a conceder um abatimen-
to de 50% (cinquenta por cento) no
preço das passagens, aos estudan-
tes em geral, quando munidos de
carteiras escolares, e aos excoiteiros, -
quando estiverem devidamente unifor-
mizados.

2. O artigo 30º passa a ter a seguinte redação:

Art. 32º. - São consideradas "limousines", os automóveis tipo limousine, com 4 portas, de 5 a 7 lugares, excluindo-se o motorista, com carroceria e acomodações originais da fábrica.

Parágrafo Único. Os veículos considerados nos artigos 29º e 32º desta lei, só serão utilizados quando os seus conjuntos não ultrapassarem as seguintes dimensões máximas, escolhidas pelo Departamento competente:

- a) largura - dois metros e sessenta centímetros.
- b) altura - três metros e sessenta centímetros.
- c) Comprimento - dez metros.

Prefeitura Municipal de Barra Mansa
12 de abril de 1955.

a) Eng: Leonísio Socrates Baptista
Prefeito